

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O Estado Novo presente 50 anos depois

NEWTON RODRIGUES

Se não passou propriamente em branco, o cinquentenário do golpe de 10 de novembro pelo menos deixou de receber o tratamento que merecia pelo papel que teve e tem aquele fato em nossa vida contemporânea. Nem a bibliografia histórica se enriqueceu de algum trabalho marcante, nem a imprensa aproveitou a oportunidade para desmistificar fatos e circunstâncias soterrados no monturo de mentiras interesseiras, ou cobertos pela lousa da ignorância.

Entretanto, a ditadura estabelecida em 1937 pelos generais, mancomunados com Vargas, é, sob diversos aspectos, mais importante até que a vitória do movimento de 1930, que deu por terra com a "República Velha", apelido dado ao regime anterior pelos vencedores de 24 de outubro, do qual o parafascismo foi uma das cristalizações. A adjetivação novidadeira pegou, para não mais sair: inaugurando sua segunda ditadura, Getúlio anunciou o "Estado Novo", os generais de 1964 proclamariam, no AI-1, "uma nova perspectiva" e a moxofinada de 1985 seria crismada "Nova República", por Tancredo Neves. Velhas permaneceram sempre as anti-reformas e velhíssimos, quando não velhaquíssimos, seus patronos e manipuladores.

Quando, há vinte anos, definimos o regime militar institucionalizado como neo-Estado Novo, constatávamos traços essenciais que uniam geneticamente as duas ditaduras, das quais uma é filha e herdeira da outra, embaçadas ambas nos mesmos princípios e perseguindo idênticos objetivos. Pode-se ir até mais além pois algumas das imposições do Estado Novo, em vista de a limitada ruptura que balizou-lhe a queda, mantida sob controle de seus próprios fundadores e mantenedores, não ter chegado ao termo necessário, daí derivando a consagração de uma série de dispositivos conservadores e/ou reacionários na Constituição de 1946. Não só o PDS estadonovista deu ali as cartas, por ter a maioria absoluta na Assembleia Nacional Constituinte, como a Presidência da República veio a caber ao general Dutra, fundador e condestável do regime autoritário anterior, além de que uma grande concentração conservadora extrapartidária bloqueou alteração de fundo no sistema dominante.

A herança de golpe militar, desfechado em nome do perigo comunista, quando a insurreição de novembro de 1935 já tinha sido esmagada há dois anos atrás e todo o aparelho do PCB estourado de alto a baixo, permaneceu forte e, em muitos pontos, intocada, quando não fortalecida. A reação estadonovista penetrou profundamente nos hábitos e na mentalidade de nossa sociedade, conservadora na base e reacionária em fortes núcleos das camadas social e economicamente mais elevadas. Um centralismo autoritário, expresso não só na hipertrofia ditatorial do poder central como, nesse quadro, na do presidente da República, é um dos traços marcantes e jamais corrigidos do regime de então. Tampouco o antifederalismo feroz, que anulou conquistas duramente alcançadas, jamais veio a ser corrigido e, à concentração vertical de rendas no plano social, correspondem, também exacerbadamente, a concentração de recursos no governo federal, único poder efetivo no curso de tantos decênios.

O Estado Novo foi unitário, na mais violenta forma, chegando ao cúmulo de proibir e queimar nas praças públicas as bandeiras e símbolos estaduais, numa simulação caricata da propaganda hitlerista de "um chefe, um Estado, um povo". Mas não se limitou a doutrinas vagas a ação oficial: estabeleceu-se oficialmente o racismo (plantado desde a Constituinte de 1933/34), com a dis-



criminação de imigrantes tidos como indesejáveis (amarelos, negros, judeus, ciganos), não em função de possíveis deficiências individuais (habilitação profissional, idade etc.) mas, exclusivamente, devido ao estoque sócio-racial a que pertencessem. Claro que, mediante propinas, era possível furar tal bloqueio (em certos momentos a entrada de um judeu saía mais ou menos por quatrocentos contos de réis) além de que havia a chamada "quota do papa".

A marca centralizadora, autoritária e corporativa estendeu-se a todos os setores e atividades, inclusive no ensino vítima da estúpida reforma de 1942. No movimento trabalhista, duramente reprimido, expressou-se no intervencionismo direto e na combinação do peleguismo e do policialismo, sintetizado na estatização corporativa. Meio século foi impotente para abolir tal sistema, que reúne, em movimento convergente, minorias de ativistas e pelegos, permitindo-lhes sobrepor-se à vontade das verdadeiras bases, ou simplesmente desconhecê-las.

O sindicato único, que está para os trabalhadores como o partido único para a sociedade em geral, é o ponto venenoso de uma concepção totalitária que se alimenta do imposto sindical, compulsoriamente recolhido de todos os trabalhadores, sem que lhes assegure, ao menos, o voto na organização que oficialmente os representa. Como lembra Evaristo de Moraes Filho, "tivemos, então, uma legislação sindical totalmente fascista, em que pese a defesa póstuma de alguns fundadores do chamado Estado Novo", calcada sem disfaces na "Carta del Lavoro" de Mussolini, e mantida em aspectos essenciais até agora, pois a que da própria Assembleia Constituinte, ora reunida, tanguida pelas pressões e interesses, foi incapaz de reformular satisfatoriamente as diretrizes básicas da organização presente. A exaltação propagandística da CLT pretende esconder ao longo de quase meio século, um caráter paternalista e corporativista que resistiu a todas as tentativas de destruí-lo.

Por outro lado, o centralismo ultra-exarcebado, que sufoca as ini-

ciativas locais, manifesta-se por mil e um modos e penetra em todos os aspectos da vida política e administrativa. Principia na planificação concebida de alto para baixo, por tecnocratas com frequência ligados a interesses empresariais; prossegue pelo açambarcamento de rendas e a ditadura financeira da falsa União federal e de seu eventual vizir fazendário; estende-se pela sucção fiscal das camadas assalariadas; prossegue nos gastos milionários em obras desnecessárias ou transferíveis e degenera na corrupção deslavada, que cresce em proporção geométrica de governo a governo, pois o mecanismo estatal está minado e a sociedade é a grande ausente nas deliberações.

Os aspectos mais nocivos e duradouros do Estado Novo, porém, manifestam-se na deformação política e no vírus ideológico que ele inoculou no país, pois da concepção sobre o que fazer decorre o, como fazer. Vem dele, diretamente, como subproduto da concepção centralista e unitária, que é a dominante nos setores dirigentes, a deformação partidária que, de um lado, obriga as entidades a serem nacionais no sentido territorial (o que sufoca expressões locais) e as cria por cooptações em série, entregando às cúpulas o controle dos órgãos, e faz das chamadas bases meros reflexos orgânicos. Mais grave, ainda, a desigualdade do voto que, inserida desde 1934, na Lei Básica, tornou-se cada vez mais abusiva, distorcendo a proporcionalidade das bancadas e dando às minorias regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste sufrágio privilegiado em detrimento da maioria da população, concentrada no Sudeste e no Sul. O fato de serem essas duas regiões concomitantemente as mais populosas e progressistas agrava ainda mais as deformações, que começam a desenharem-se insolúveis sem uma ruptura de certa violência, pois só os idiotas podem supor que a parte mais numerosa e desenvolvida vá sujeitar-se, para sempre, à espoliação política que lhe é imposta.

A pior herança, porém, do Estado Novo e de sua concepção parafascis-

ta permanece sendo a institucionalização do militarismo, manifesto nos sucessivos golpes de Estado que, em 57 anos, a partir de 1930, nos submeteram a 32 anos de mandonismo incapaz e sem freios, além de períodos intermediários em que a sombra da espada pairou, como agora, sobre o poder civil.

Haverá quem argumente que, durante a ditadura de 1937 a 1945 o país acelerou o surto industrial, que se adensara nos anos próximos da proclamação da República e da primeira guerra mundial e isso é uma verdade, em que se falseia, entretanto, a relação de causa e efeito. A industrialização estadonovista, da qual Volta Redonda continua ser o símbolo mais utilizado, tem suas raízes no próprio desenvolvimento anterior, pois o país cresceu e tinha que dar novos passos, facilitado pela necessidade de substituir importações, e pela lei da Mobilização Industrial que submeteu os trabalhadores aos interesses patronais. Também o período do autoritarismo militar aumentou enormemente a base industrial do Brasil. Nos dois casos, além de que esse era o caminho natural e inevitável, imposto até pela presença de um novo capitalismo que, pela falta de instituições democráticas, pôde expandir-se de maneira selvagem, reduzindo a condições miseráveis estratos cada vez mais amplos da população.

A rejeição do modelo estadonovista está ainda para ser feita em seus traços fundamentais e os dois enormes períodos ditatoriais, um dos quais é por ele culminado, enquanto o outro sai diretamente de sua matriz, constituem difícil obstáculo às soluções necessárias, pois impediram a memória histórica de duas gerações, ameaçadas pela violência militar ou enganadas pelo populismo paternalista, que Getúlio Vargas fundou naqueles anos distantes, e que, por infelicidade, infectam o ambiente.

NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES é jornalista e analista político; foi editor da revista "Senhor" e do jornal "O País", diretor-redator-chefe do jornal "Correio da Manhã" e colaborador de diversas publicações caricatas.